



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150760 - MG (2021/0230816-9)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : VILMA MARIA DINIZ GONCALVES
ADVOGADO : HAMILTON ROQUE MIRANDA PIRES - MG058496
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CORRÉU : VILMA APARECIDA GONCALVES JARDIM
CORRÉU : CARLOS BRUNO ARAUJO SILVA
CORRÉU : ELISANGELA FRANCISCA DE JESUS ROCHA
CORRÉU : MARIA ANTONIA PEREIRA FERREIRA
CORRÉU : NELCINEY MAXIMIANO
CORRÉU : MARILENE DE PAULA MOURA
CORRÉU : ISABELLA FERNANDA MOREIRA SANTOS
CORRÉU : EDUARDO MORAES DA COSTA JUNIOR
CORRÉU : MARCELA MARYS SILVA FERREIRA
CORRÉU : LUCAS MOREIRA PEREIRA
CORRÉU : RAQUEL CRISTINA FERREIRA DE JESUS
CORRÉU : NATHALIA DINIZ GONCALVES
CORRÉU : PAULO CEZAR GONCALVES FILHO

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por VILMA MARIA DINIZ GONCALVES contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.089688-2/000).

A recorrente encontra-se presa preventivamente, pela suposta prática dos crimes de falsidade ideológica, falsificação de documento particular, fraude ao caráter competitivo de processo licitatório e apropriação ou desvio de rendas públicas.

Sustenta a insurgente que a prisão preventiva foi decretada 4 anos após os crimes, inexistindo a contemporaneidade em relação aos fatos ocorridos nos anos de 2009, 2010, 2014 e 2015.

Assevera a possibilidade de substituição da custódia antecipada por medidas cautelares, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, mediante a incomunicabilidade com os demais acusados e testemunhas, aduzindo, também, que não exerce mais o cargo de prefeita.

Alega o excesso de prazo na prisão cautelar, porquanto o fato de ter sido presa somente em 27.04.2021 não afasta a necessidade de revisão da prisão preventiva no prazo máximo de 90 dias, conforme determina o art. 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente, a substituição da custódia cautelar por medidas alternativas. No mérito, pleiteia o provimento do recurso para que seja confirmada a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

No que diz respeito à aventada extemporaneidade da prisão preventiva, bem como em relação à possibilidade de aplicação de medidas alternativas, verifica-se que

as matérias de fundo não foram apreciadas no acórdão impugnado. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode delas conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO A29.96 A29.96 A5 HC 640221 2021/0013946-8 Documento Página 1 RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

No mais, em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se do acórdão impugnado os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 1448/1450):

No tocante à necessidade de revisão da prisão preventiva, entendo que razão não assiste ao impetrante.

No caso em tela, apesar da prisão preventiva da paciente ter sido decretada pelo juízo a quo em 16/05/2019, o mandado de prisão foi cumprido em 27/05/2021, ou seja, há apenas 27 (vinte e sete) dias. A norma prevista no artigo 316, § único, do Código de Processo Penal, pressupõe o efetivo cumprimento do mandado de prisão, vez que o instituto pretende verificar a necessidade do encarceramento preventivo a fim de se evitar possíveis excessos e consequente ilegalidade da prisão.

Ademais, o STJ no julgamento do Habeas Corpus nº 569.701 entendeu que a necessidade de manutenção da prisão cautelar, a cada 90 dias, cabe somente ao órgão que decretou a medida.

[...]

Assim, a revisão nesta via, antes do implemento do prazo de 90 (noventa) dias, implicaria supressão de instância.

Ante o exposto, tendo em vista que a prisão da paciente se deu há apenas vinte e sete dias, não vislumbrando qualquer constrangimento ilegal a ser sanado em sede de habeas corpus, DENEGO A ORDEM.

Saliento que passados 90 (noventa) dias do

*encarceramento o juízo a quo deverá se manifestar
acerca manutenção do cárcere da paciente.*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência